



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

## **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO RICO**

*PUBLICADO NO  
DIÁRIO DO  
NOROESTE*

EDIÇÃO N.º 17.572  
FOLHA N.º 19,20 e 21  
EM: 15/12/2016

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO vem  
respeitosamente PROMULGAR o seguinte:**

### **TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

**Art. 1º.** O Município de Porto Rico, entidade integrante do território do Estado do Paraná, é dotado de personalidade jurídica de direito público interno e goza de autonomia nos termos assegurados pela Constituição Federal, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, tendo por princípios e objetivos:

- I - respeito à Constituição da República Federativa do Brasil, à Constituição do Estado do Paraná, a esta Lei e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;
- II - a defesa dos direitos humanos;
- III - a defesa da igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação;
- IV - garantia e aplicação da justiça;
- V - a busca permanente da justiça social;
- VI - a prestação eficiente dos serviços públicos, garantida a modalidade das tarifas;
- VII - o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativa;
- VIII - a colaboração e a cooperação com os demais entes que integram o Estado e a Federação;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08

Fone: (044) 3427-1262

---

IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida;

X - promoção do desenvolvimento industrial, agro-industrial, turístico e comercial.

**Art. 2º.** É mantida a integridade territorial do Município, que só poderá ser alterada por lei estadual, precedida de consulta plebiscitária de sua população, organizada na forma da Lei.

**Art. 3º.** A cidade de Porto Rico é a sede do Município.

§ 1º A sede do Município, com as respectivas divisas e limites definidos em Lei somente poderá ser alterada mediante lei complementar municipal e após a consulta plebiscitária;

§ 2º O Governo Municipal é exercido pelo Prefeito Municipal, com o auxílio da Câmara de Vereadores, os quais constituem os Poderes Executivo e o Legislativo.

**Art. 4º.** Lei Municipal estabelecerá critérios para criação, organização e supressão de Distritos Administrativos, obedecida Lei Complementar Estadual que regula a matéria.

**Art. 5º.** O Município adota como símbolos, além dos nacionais e estaduais, a bandeira, o hino e o brasão de armas municipais, os quais representam sua cultura e história.

**Art. 6º.** São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

## CAPÍTULO II

### DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

#### SEÇÃO I

#### DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

**Art. 7º.** Ao Município de Porto Rico compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08

Fone: (044) 3427-1262

---

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;
- III - elaborar e revisar o plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município, consoante ao previsto no Estatuto das Cidades;
- IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a Constituição Estadual e a Legislação Estadual;
- V - atuar com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, nos programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental em consonância com o sistema estadual de ensino, aplicando anualmente, no mínimo vinte e cinco por cento da Receita Resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sem prejuízo do disposto no artigo 60, das Disposições Transitória da Constituição Federal;
- VI - elaborar sua Lei de Diretrizes Orçamentárias, sua Lei Orçamentária Anual e seu Plano Plurianual de investimentos;
- VII - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, com obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IX - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;
- X - dispor sobre administração, utilização, alienação e doação dos bens públicos observada a legislação constante desta Lei Orgânica;
- XI - organizar o quadro e estabelecer o regime dos servidores públicos;
- XII - dispor sobre os regimes de concessão ou permissão dos serviços públicos locais;
- XIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano perímetro urbano e rural;
- XIV - estabelecer normas de edificação, loteamento, arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal;
- XV - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08

Fone: (044) 3427-1262

---

- a) conceder ou renovar a licença para sua abertura e funcionamento;
  - b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, higiene, e ao bem estar, recreação, sossego público e aos bons costumes;
  - c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou depois de sua revogação;
- XVI - dispor sobre o comércio ambulante;
- XVII - estabelecer servidões administrativas necessárias a realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;
- XVIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriações por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, na forma da legislação federal;
- XIX - regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;
- XX - dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, especialmente sobre:
- a) os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
  - b) o itinerário e os pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;
  - c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio, trânsito e de tráfego em condições peculiares;
  - d) os serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida aos veículos que circularem em vias públicas;
- XXI - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XXII - prover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza, impondo penalidades aos infratores;
- XXIII - ordenar as atividades urbanas fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;
- XXIV - dispor sobre os serviços funerários e administrar os cemitérios públicos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- XXV - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
- XXVI - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
- XXVII - fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias de gêneros alimentícios;
- XXVIII - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XXIX - estabelecer e impor por penalidades por infração das leis e regulamentos;
- XXX - dispor sobre apreensão depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal ou atentatórias a saúde pública;
- XXXI - garantir a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida;
- XXXII - aceitar legados e doações, sempre com autorização do Poder Legislativo;
- XXXIII - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;
- XXXIV - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- XXXV - estabelecer e implantar política de educação e desenvolvimento sustentável visando evitar o êxodo rural;
- XXXVI - constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;
- XXXVII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;
- XXXVIII - legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades para a administração pública municipal direta e indireta, inclusive fundações públicas municipais e empresas sob seu controle, respeitando as normas gerais da legislação federal;
- XXXIX – legislar sobre a coleta, despejo, depósito e esgotamento de resíduos sólidos e líquidos;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

XL – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, ou serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial e fixar as respectivas tarifas;

XLI – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento a saúde da população, devendo para tanto dispor em lei sobre a regulamentação, fiscalização e controle, possibilitando sua execução, diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

XLII - Assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimentos;

XLIII - Promover os seguintes serviços:

- a) Mercados, feiras e matadouros;
- b) Construção e conservação de estradas, caminhos municipais e rampas de acesso para deficientes físicos nos logradouros, vias públicas e próprios municipais;
- c) Transporte coletivo municipal;
- d) Iluminação pública;

XLIV - Preceituar sobre qualquer outra matéria de sua competência exclusiva.

## **SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM**

**Art. 8º.** É competência comum do Município concorrentemente com a União e o Estado:

I - zelar pela guarda da constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural do Município;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização promovendo a integração social e dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;
- XIII - dar incentivo à pesquisa tecnológica e científica e à difusão de seus resultados;
- § 1º. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- § 2º. A cooperação do Município com a União e Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento do bem-estar em âmbito nacional, far-se-á segundo normas a serem fixadas por lei complementar federal;
- § 3º. O Município de Porto Rico poderá delegar a União ou o Estado, mediante convênio, os serviços de competência concorrente de sua responsabilidade a que se refere este artigo;
- § 4º. É facultado ao município celebrar convênio com os órgãos da administração direta ou indireta, da União do Estado, para prestação de serviços de sua competência, sempre que lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros ou quando houver manifesto interesse publico.

## **SEÇÃO III**

### **DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR**

**Art. 9º** Compete ao Município, obedecidas às normas federais e estaduais pertinentes:



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- I - dispor sobre a prevenção contra incêndios;
- II - coibir, no exercício do poder de polícia, as atividades que violem normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, moralidade e outras do interesse da coletividade;
- III - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro por seus próprios serviços, quando insuficientes, por instituições especializadas;
- IV - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:
  - a) assistência social;
  - b) as ações e serviços de saúde da competência do Município;
  - c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos, das gestantes, e das pessoas portadoras de deficiência;
  - d) o ensino fundamental, pré-escolar e educação especial prioritários para o Município;
  - e) a proteção dos documentos, obras de artes e outros bens de reconhecido valor artístico, cultural e histórico, assim como os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos e espeleológicos;
  - f) os incentivos ao turismo, ao comércio e à indústria;
  - g) os incentivos e o tratamento jurídico diferenciado às micro-empresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas em lei federal e na forma da Constituição Estadual;
  - h) o fomento da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar, ressalvadas as competências legislativas e fiscalizadora da União e do Estado;
  - i) a proteção do meio ambiente, o combate à poluição e a garantia da qualidade de vida.

## **CAPITULO III DAS VEDAÇÕES**

**Art. 10** Ao Município de Porto Rico é vedado:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles o seus representantes relações de dependências ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse publico;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre municípios ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, radio, televisão, ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos a administração;

V - manter publicidade de atos, programa, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou de autoridade ou serviços públicos;

VI - outorgar isenções e anistia fiscais, ou permitir a remissão de dividas, sem interesse publico justificado, observado os termos da lei complementar federal;

VII - exigir ou aumentar tributos sem Lei que o estabeleça;

VIII - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - estabelecer diferenças tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os institui ou aumentou;

XI - utilizar tributos com efeito de confisco;

XII - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas e bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder publico;

XIII - instituir impostos sobre:

a) Patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros municípios;

b) Templos de qualquer culto;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

c) Patrimônios, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas funções, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendido os requisitos da Lei federal;

d) Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

*Parágrafo único.* As vedações expressas nos incisos VII a XIII serão regulamentadas em Lei Complementar.

## **CAPÍTULO IV DOS BENS DO MUNICÍPIO**

**Art. 11.** O Patrimônio Público Municipal de Porto Rico é formado por bens públicos municipais de toda natureza e espécie que tenham qualquer interesse para a Administração do Município ou para sua população;

*Parágrafo único.* São bens públicos municipais todas as coisas corpóreas ou incorpóreas: móveis, imóveis e semoventes; créditos, débitos, valores, direitos, ações e outros, que pertençam, a qualquer título, ao Município.

**Art. 12.** Os bens públicos municipais podem ser:

I - de uso comum do povo - tais como: estradas municipais, ruas, parques, praças, logradouros públicos e outros da mesma espécie;

II - de uso especial - os do patrimônio administrativo destinados à Administração, tais como: os edifícios das repartições públicas, os terrenos e equipamentos destinados ao serviço público, veículos, matadouros, mercados e outras serventias da mesma espécie;

III - bens dominiais - aqueles sobre os quais o Município exerce o direito de proprietário, e sejam considerados como bens patrimoniais disponíveis;

§ 1º. É obrigatório o cadastramento de todos os bens móveis, imóveis e semoventes do Município, dele devendo constar a descrição, identificação, o número de registro, órgãos aos quais estejam distribuídos, a data de inclusão e seu valor no cadastro;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08

Fone: (044) 3427-1262

---

§ 2º. Os estoques de coisas fungíveis e de materiais utilizados nas repartições e serviços públicos municipais terão suas quantidades anotadas, e a sua distribuição controlada pelas repartições onde são armazenados;

§ 3º. Lei Municipal disporá sobre a forma de identificação em Veículos, Equipamentos de Domínio Público Municipal e Impressos Oficiais.

**Art. 13.** Toda alienação onerosa de bens imóveis municipais só poderá ser realizada mediante autorização por lei municipal, avaliação prévia e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta.

§ 1º. A cessão de uso entre órgãos da administração pública municipal não depende de autorização legislativa, podendo ser feita mediante simples termo ou anotação cadastral;

§ 2º. A cessão de uso gratuito e o empréstimo em regime de comodato, por prazo inferior a 10 (dez) anos, de imóvel público municipal à entidade beneficente, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública municipal, independerá de avaliação prévia e de licitação.

**Art. 14.** Compete ao Prefeito a administração dos bens públicos municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal em relação aos seus bens.

**Art. 15.** O Município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

**Art. 16.** A venda aos proprietários lindeiros de imóveis remanescentes resultantes de obras públicas ou de modificações de alinhamentos, inaproveitáveis para edificações, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

**Art. 17.** A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 18.** O uso dos bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir e observada a proteção do meio ambiente.

§ 1º. A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público, ou quando houver interesse público devidamente justificado;

§ 2º. A concessão administrativa de bens de uso comum do povo será outorgada mediante processo de licitação, precedido de autorização legislativa;

§ 3º. A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada a título precário e por Lei;

§ 4º. A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias pelo prazo máximo de sessenta dias;

§ 5º. Será permitida o uso de pequenos espaços nas praças, jardins ou lagos públicos, para fins específicos mediante autorização legislativa;

§ 6º. Poderão ser cedidos a particulares para serviços transitórios, máquinas e operadores da municipalidade, desde que não haja prejuízo para os trabalhadores do município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens;

§ 7º. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitas na forma da lei e regulamento respectivos.

**Art. 19.** Lei Complementar Municipal disporá sobre a utilização e alienação dos bens públicos municipais.

**TITULO II**  
**DO GOVERNO MUNICIPAL**  
**CAPITULO I**  
**DO PODER LEGISLATIVO**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO**

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08

Fone: (044) 3427-1262

---

## **SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Art. 20.** O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal constituída de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, por voto direto e secreto, em eleições simultâneas em todo o país, observadas entre outras previstas pela Legislação Eleitoral, as seguintes condições de elegibilidade:

I - nacionalidade brasileira;

II - pleno exercício dos direitos políticos;

III - alistamento eleitoral;

IV - domicílio eleitoral no Município, conforme dispuser a legislação federal;

V - filiação partidária;

VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

§ 1º. O número de vereadores será proporcional à população do Município, no limite definido no artigo 29, inciso IV, letra “a”, da Constituição Federal, sendo fixado para as próximas legislaturas o número de 9 (nove) vagas;

§ 2º. Cada Legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos, cada ano será considerada uma sessão legislativa, e cada sessão legislativa será dividida em dois períodos legislativos com duração de seis meses.

**Art. 21.** Salvo disposição em contrário constante desta Lei ou de legislação específica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões serão tomadas em sessões públicas pela maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

## **SEÇÃO II DA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA**

**Art. 22.** No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 09h:00min será realizada Sessão de Instalação, independentemente de número, sob a presidência do



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

mais votado dentre os eleitos, os vereadores reunir-se-ão na sede do Poder Legislativo, para prestarem o devido compromisso e tomar posse.

*Parágrafo único.* A Sessão de Instalação poderá eventualmente ocorrer em data anterior, sendo que a Posse ao cargo somente se efetivará à partir do dia 1º de janeiro do primeiro ano de Legislatura.

**Art. 23.** O Presidente prestará o seguinte compromisso:

**“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DO POVO”**, e, em seguida, o Secretário designado para este fim fará a chamada nominal de cada vereador que declarará: **“ASSIM O PROMETO”**.

**Art. 24.** O vereador que não tomar posse na forma desta seção, poderá fazê-lo até 15 (quinze) dias após a realização da sessão de instalação.

## **SEÇÃO III**

### **DAS SESSÕES LEGISLATIVAS**

**Art. 25.** A Câmara Municipal reúne-se em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.

§ 1º. As sessões ordinárias serão realizadas anualmente, independentemente de convocação, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro, em data, local e horário previsto no regimento interno;

§ 2º. As sessões solenes e extraordinárias dependem de convocação regular;

§ 3º. As sessões especiais serão realizadas nos locais, horários e datas previstas nesta Lei, no Regimento Interno da Câmara Municipal ou local designado por Resolução;

§ 4º. Serão realizadas no mínimo trinta sessões ordinárias anualmente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08

Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 26.** As Sessões Legislativas serão realizadas no recinto da Câmara Municipal.

§ 1º. A Câmara Municipal poderá descentralizar sua Sede, para realização de Sessões Ordinárias, desde que aprovado por maioria absoluta de seus membros;

§ 2º. As Sessões Ordinárias realizadas fora da Sede da Câmara Municipal, de que menciona o inciso anterior, terão início no horário previsto no pedido de descentralização;

§ 3º As Sessões Solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal.

**Art. 27.** Todas as sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara, quando ocorrer motivo relevante ou para a preservação do decoro parlamentar.

**Art. 28.** As sessões serão abertas com a presença de, no mínimo, maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

*Parágrafo único.* Considerar-se-á presente à sessão o vereador que, além de assinar o livro de presença até o início da ordem do dia, participar do processo de votação.

**Art. 29.** A Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente para tratar de matéria urgente, ou de interesse público relevante, formalmente justificado e requisitado pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara, pela Mesa Diretiva ou por maioria dos vereadores.

§ 1º. As Sessões Extraordinárias serão convocadas ao Presidente da Câmara, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e nelas não se tratará de matéria estranha à que motivou a sua convocação;

§ 2º. O Presidente da Câmara dará ciência da Convocação aos Vereadores, por meio de comunicação pessoal escrita.

## **SEÇÃO IV DA MESA**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 30.** No dia da sessão de instalação e posse, incontinentemente a celebração, os vereadores sob a presidência do mais votado entre os eleitos, e, presente a maioria absoluta dos seus membros, elegerão os componentes da Mesa, em votação nominal e a maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

**Art. 31.** A Mesa será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 1º. No impedimento ou ausência do Presidente ou do Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e a na ausência deste o membro subsequente da Mesa Diretiva, obedecida a ordem de ocupação dos cargos;

§ 2º. Em caso de impedimento dos vereadores ocupantes dos cargos mencionados no § 1º deste artigo, assumirá o vereador mais idoso presente à sessão.

**Art. 32.** O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

*Parágrafo único.* A Câmara Municipal deverá na última Sessão Ordinária deliberar a renovação da Mesa Diretiva para o Biênio seguinte.

**Art. 33.** Compete à Mesa da Câmara dentre outras atribuições:

I - propor a criação ou extinção de cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixando os respectivos vencimentos;

II - dispor sobre a abertura de créditos adicionais especiais, por meio da anulação parcial ou total de dotação orçamentária da Câmara Municipal;

III - suplementar, por resolução, as dotações do Orçamento da Câmara Municipal, observado o limite da autorização da Lei Orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação de sua dotação;

IV - elaborar e expedir a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal;

V - devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal no final do exercício;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

- VI - enviar ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná a cada ano, as contas do exercício anterior;
- VII - elaborar e enviar, até o dia 31 de agosto de cada ano, a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na Lei Orçamentária do Município;
- VIII - propor projeto de decreto legislativo e de resolução;
- IX - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal na forma da Constituição Estadual;
- X - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal.

**Art. 34.** Compete ao Presidente da Câmara Municipal dentre outras atribuições:

- I - representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;
- II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos da Câmara Municipal;
- III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno da Câmara Municipal;
- IV - promulgar as leis não sancionadas ou não promulgadas pelo Prefeito;
- V - baixar as resoluções e os decretos legislativos aprovados pela Câmara Municipal;
- VI - fazer publicar, os atos, as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgados;
- VII - declarar extinto o mandato de Vereadores nos casos previstos em lei;
- VIII - requisitar as dotações orçamentárias da Câmara Municipal;
- IX - apresentar ao plenário, o balancete orçamentário e financeiro do mês anterior.

## SEÇÃO V

### DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

**Art. 35.** Compete privativamente à Câmara Municipal:

- I - eleger sua Mesa e as comissões permanentes e temporárias conforme dispuser o Regime Interno;
- II - elaborar o Regime Interno;
- III - dispor sobre sua organização, funcionamento e segurança;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- IV - dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a fixação da respectiva remuneração, observados os limites do orçamento anual e dos seus valores máximos, conforme estabelece a Constituição Federal;
- V - aprovar créditos suplementares à sua Secretaria;
- VI - fixar, por Lei de iniciativa da Câmara, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais em cada legislatura, para vigorar na subsequente, observado o disposto na Constituição Federal, em até 90 (noventa) dias antes das eleições;
- VII - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;
- VIII - conhecer a renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- IX - conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- X - autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a ausentarem-se do Município, por mais de 15 (quinze) dias e do País por qualquer tempo;
- XI - representar ao Ministério Público a instauração de processo contra o Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais pela prática de crime contra a administração pública de que tomar conhecimento;
- XII - solicitar e encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição Federal;
- XIII - processar os Vereadores conforme dispuser a lei;
- XIV - criar comissões de inquéritos sobre fato determinado e referentes à administração municipal;
- XV - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos da administração;
- XVI - apreciar os vetos do Prefeito;
- XVII - conceder honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município;
- XVIII - julgar as contas do Prefeito na forma da lei;
- XIX - convocar os Secretários Municipais e pessoas ligadas diretamente à administração municipal para prestar esclarecimentos pessoalmente sobre assuntos de suas competências no prazo de 5 (cinco) dias;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

XX – aprovar os consórcios, contratos e convênios nos quais o Município seja parte e que envolvam interesses municipais;

XXI - declarar a perda ou suspensão do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, na forma da Constituição Federal;

XXII - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do seu poder regulamentar;

XXIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.

**Art. 36.** Compete exclusivamente à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

I - plano plurianual, orçamentos anuais e diretrizes orçamentárias;

II - abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários;

III - planos e programas municipais e setoriais de desenvolvimento;

IV - concessões de isenções de impostos municipais;

V - fixação do efetivo, organização e atividades da Guarda Municipal, atendidas as prescrições da legislação federal;

VI - criação, classificação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais na administração direta e indireta, fixando os respectivos vencimentos observando os limites e orçamentos anuais, e os valores máximos das remunerações conforme estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

VII - regime jurídico único e lei de remuneração dos servidores municipais;

VIII - autorização de operações de crédito e empréstimos internos e externos, para o Município, observadas a legislação estadual e federal pertinentes, e dentro dos limites fixados por Resolução pelo Senado Federal;

IX - autorização prévia para fins de concessão e permissão de serviços públicos que somente serão feitas mediante contrato, precedido de licitação na forma da lei;

X- aquisição, permuta ou alienação, a qualquer título, de bens municipais, na forma da legislação federal e municipal;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

XI - matérias da competência comum, constantes do artigo 8º desta lei e na Constituição Federal;

XII - remissão de dívidas de terceiros ao Município e concessão de isenções, anistias e parcelamentos fiscais, mediante lei municipal específica;

XIII - cessão, por empréstimo ou concessão de direito real de uso de bens imóveis do Município;

XIV - aprovação da política de desenvolvimento urbano, atendidas as diretrizes gerais fixadas pela legislação federal e os preceitos da Constituição Federal;

XV - autorização ao Prefeito Municipal, mediante lei específica para impor ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, aplicando-lhe as penas previstas na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades;

XVI - denominar e alterar denominação de próprios e logradouros públicos, observada legislação municipal específica sobre a matéria.

## **SEÇÃO VI DOS VEREADORES**

**Art. 37.** Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, votos e palavras no exercício do seu mandato e na circunscrição do Município.

**Art. 38.** Os Vereadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) celebrar ou manter contrato com o Município, autarquias de economia mista, empresas públicas, fundações e empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “*ad nutum*”, nas entidades constantes na alínea anterior;

II - desde a posse:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- a) ser proprietário ou diretor de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo, função ou emprego na administração pública direta ou indireta do município, de que seja exonerável “*ad nutum*” salvo os cargos de secretários, diretores ou equivalentes, desde que se licencie do exercício ou mandato;
- c) exercer outro mandato eletivo;
- d) pleitear interesses privados perante a Administração Municipal na qualidade de advogado ou procurador;
- e) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas na alínea a) do inciso I deste artigo.

*Parágrafo único.* A infringência a qualquer dos dispositivos deste artigo importa na perda do mandato, na forma da lei federal.

**Art. 39.** O Servidor Municipal da administração direta ou indireta, eleito Vereador, exercerá o mandato obedecidas às disposições deste artigo.

§ 1º. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função sem prejuízo dos subsídios a que faz jus, não havendo compatibilidade, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, observado o que preceituam a legislação federal e estadual.

§ 2º Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

**Art. 40.** O Vereador deverá ter residência fixa no Município.

**Art. 41.** O Vereador poderá renunciar ao seu mandato mediante ofício protocolado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

**Art. 42.** O Vereador poderá licenciar-se sem perder o seu mandato:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

I - por doença, devidamente comprovada;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - para tratar de interesse particular, sem vencimentos, desde que, neste caso, o afastamento seja no mínimo de 30 (trinta) dias e não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias;

IV - para exercer cargos de provimento em comissão dos Governos Federal, Estadual ou Municipal.

§ 1º. Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I e II;

§ 2º. No caso do inciso III o Vereador licenciado comunicará previamente à Câmara Municipal a data em que reassumirá seu mandato;

§ 3º. Em qualquer dos casos, cessado o motivo da licença, o Vereador poderá reassumir o exercício do seu mandato tão logo o deseje;

§ 4º. Licenciado no caso do Inciso I, o vereador, nos primeiros 15 (quinze) dias, receberá da Câmara Municipal os vencimentos de seu cargo e posteriormente será indenizado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, na forma do Regime Geral da Previdência Social.

**Art. 43.** A suspensão e perda do mandato do Vereador dar-se-ão nos caso previstos na Constituição Federal na forma e gradação previstas em lei federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

**Art. 44.** Nos casos de vacância ou licença do Vereador, o Presidente da Câmara Municipal convocará imediatamente o suplente.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 5 (cinco) dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara, na forma que dispuser o Regimento Interno.

§ 2º Não se processará a convocação de suplentes nos casos de licenças inferiores a 30 (trinta) dias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## **SEÇÃO VII DAS COMISSÕES**

**Art. 45.** A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato que determinar a sua criação.

*Parágrafo único.* Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabem:

- I - realizar audiências públicas com entidades da comunidade;
- II - convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;
- III - receber petições, reclamações, representações ou queixas de quaisquer pessoas contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;
- IV - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- V - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer.

**Art. 46.** As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara, serão criadas a requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de deliberação do Plenário, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, ou a outros órgãos competentes para o caso.

§ 1º. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação do plenário, se não for determinada por um terço dos membros da Câmara Municipal;

§ 2º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito realizar as diligências que reputarem necessárias, convocar Secretários, Assessores e servidores municipais, tomar o depoimento de quaisquer autoridades municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

repartições públicas e dos órgãos da administração indireta informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister sua presença;

§ 3º. Se as medidas previstas no parágrafo anterior não puderem ser cumpridas, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão requerê-las através do Poder Judiciário;

§ 4º. Os pedidos de informações e documentos necessários à investigação independem de deliberação do Plenário da Câmara, sendo os prazos para o seu fornecimento definidos pela própria Comissão, não podendo ser inferior a 72 (setenta e duas) horas;

§ 5º. As conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão submetidas a deliberação do Plenário que as aprovará ou rejeitará por maioria simples.

**Art. 47.** As comissões permanentes da Câmara Municipal serão eleitas na primeira sessão subsequente à eleição da Mesa, pelo prazo de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

*Parágrafo único.* A renovação das Comissões Permanentes realizar-se-á na forma que dispuser o Regimento Interno da Câmara.

**Art. 48.** As comissões temporárias serão constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno e no ato de que resultar sua criação.

## **SEÇÃO VIII DAS DELIBERAÇÕES**

**Art. 49.** As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas ao fim de 3 (três) discussões e 3 (três) votações, podendo serem realizadas em uma única votação, desde que apresentada a devida justificativa e com a concordância pelo Plenário através do voto da maioria dos vereadores.

*Parágrafo único.* Os Requerimentos e Indicações terão única discussão e votação, que após sua deliberação serão encaminhadas aos órgãos competentes.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 50.** As discussões e votações das matérias constantes da ordem do dia serão efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º. O voto será público, salvo as exceções previstas nesta Lei.

§ 2º. Dependerá do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal a aprovação:

I - das leis concernentes:

- a) ao Plano Diretor da Cidade;
- b) à alienação de bens imóveis;
- c) à concessão de honrarias;
- d) à concessão de isenção de impostos na forma da lei.

II - da realização de sessão secreta;

III - da aprovação de proposta para mudança de nome do Município;

IV - da mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal;

V - da destituição de componentes da Mesa;

VI - da representação contra o Prefeito;

VII - da alteração desta Lei obedecido o rito próprio;

VIII - da perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;

IX - da rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 3º. Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal a aprovação:

I - das leis concernentes:

- a) ao código tributário municipal;
- b) à denominação de próprios e logradouros;
- c) ao zoneamento do uso do solo;
- d) ao código de edificações e obras;
- e) ao código de posturas;
- f) ao estatuto dos servidores municipais;
- g) à criação de cargos e aumentos de vencimentos dos servidores municipais.

II - do Regimento Interno da Câmara Municipal;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

III - da aplicação de penas pelo Prefeito ao proprietário do solo urbano não edificado, subtilizado ou não utilizado, na forma prevista nesta Lei;

IV - da rejeição do veto do Prefeito;

§ 4º. A aprovação das matérias não constantes dos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presentes à sessão a sua maioria absoluta.

§ 5º. As votações far-se-ão como determinar o Regimento Interno.

§ 6º. O voto será secreto:

I - na eleição da Mesa;

II - nas deliberações relativas à prestação de contas do Município;

III - nas deliberações sobre a perda do mandato de Vereador.

§ 7º. Votar secretamente é faculdade do vereador;

§ 8º. Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, parente de até terceiro grau consanguíneo ou afim;

§ 9º. Será nula a votação que não for processada nos termos desta Lei.

## SEÇÃO IX

### DO PROCESSO LEGISLATIVO

**Art. 51.** O Processo Legislativo compreende a elaboração de:

I - Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias, estabelecendo normas legislativas gerais, aprovadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo Prefeito;

IV - Leis Delegadas conforme delegação específica da Câmara Municipal;

V - Decretos Legislativos, sobre matérias de competência da Câmara Municipal, com efeitos externos ao Poder Legislativo;

VI - Resoluções para regular matéria administrativa da própria Câmara;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 52.** A iniciativa dos projetos de Leis Complementares e Ordinárias cabe, na forma desta Lei Orgânica:

- I - ao Prefeito Municipal;
- II - ao Vereador;
- III - à Mesa Executiva da Câmara;
- IV - aos cidadãos;
- V - às Comissões da Câmara.

*Parágrafo único.* A iniciativa legislativa popular relativa a projetos de lei de interesse do Município, da cidade ou de bairros será feita através da manifestação expressa de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Município.

**Art. 53.** Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

- I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;
- III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal.

**Art. 54.** Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa nos projetos de leis de iniciativa exclusiva do Prefeito, nem nos projetos de resolução que versem sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

**Art. 55.** A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Prefeito, se este o solicitar, deverão ser feitas em “regime de urgência” no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento do projeto.

§ 1º. Se o Prefeito julgar a matéria “regime de urgência urgentíssima” solicitará que a apreciação do projeto de lei seja feita em até 45 (quarenta e cinco) dias;

§ 2º. A fixação do prazo de urgência será expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto de lei, considerando-se a data do recebimento do pedido como termo inicial;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 3º. Esgotados esses prazos, o projeto de lei será incluído obrigatoriamente na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação sobre qualquer outro assunto até que se ultime a votação do mesmo;

§ 4º. Os prazos não fluem nos períodos de recesso da Câmara Municipal e não se interrompem no período de sessões legislativas extraordinárias;

§ 5º. As disposições deste artigo não serão aplicáveis à tramitação dos projetos de lei que tratem de matéria codificada, Lei Orgânica e Estatutos.

**Art. 56.** As matérias rejeitadas ou prejudicadas, somente poderão constituir novo objeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta de retoma subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

**Art. 57.** Aprovado o projeto de lei na forma regimental, o Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviá-lo-á ao Prefeito para sanção.

§ 1º. Se o Prefeito julgar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetar-lo-á total ou parcialmente dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que o receber, comunicando ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as razões do veto, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores;

§ 2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;

§ 3º. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito implicará em sanção;

§ 4º. Comunicado o veto, a Câmara Municipal deverá apreciá-lo, em forma de decreto legislativo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, e em uma única discussão e votação, o veto será mantido quando não obtiver o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Câmara;

§ 5º. Rejeitado o veto, o projeto de lei retornará ao Prefeito, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito horas) para promulgá-lo;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 6º. No caso do § 3º, se decorridos os prazos referidos nos § 4º e 5º, o Presidente da Câmara Municipal promulgará a lei dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

§ 7º. Caso o Presidente da Câmara não promulgar a Lei, o Vice-Presidente da Casa, obrigatoriamente, o fará em 24 (vinte e quatro) horas;

§ 8º. Quando se tratar de rejeição de veto parcial, a lei promulgada tomará o mesmo número da original;

§ 9º. O prazo de 30 (trinta) dias referido no parágrafo 4º não flui nos períodos de recesso da Câmara Municipal;

§ 10. Esgotado sem deliberação, no prazo estabelecido no § 4º o veto será posto na ordem do dia da sessão imediata, sobrestando-se as demais proposições até sua votação final;

§ 11. Veto não restaura texto original.

**Art. 58.** Em nenhuma hipótese poderá ser editada, pelo Prefeito Municipal, Medida Provisória com força de Lei.

**Art. 59.** As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º. Não será objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

§ 2º. A delegação ao Prefeito terá a forma de decreto legislativo da Câmara Municipal que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

**Art. 60.** As resoluções e decretos legislativos serão discutidos e aprovados como dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal.

## SEÇÃO X DA EMENDA À LEI ORGÂNICA



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 61.** Esta Lei poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

§ 1º. Esta Lei não poderá ser emendada na vigência de intervenção no Município, estado de defesa ou estado de sítio;

§ 2º. A proposta, após parecer escrito de todas as comissões, independente dos mesmos, será discutida e votada em dois turnos, considerando-se a mesma aprovada quando obtiver em ambas as votações, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, observado o interstício mínimo de 10 (dez) dias;

§ 3º Será nominal a votação da emenda à Lei Orgânica.

**Art. 62.** A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com respectivo número de ordem.

## SEÇÃO XI

### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

**Art. 63.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta quanto à legitimidade, legalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.

*Parágrafo único.* Prestarão contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos, bens, valores públicos municipais, ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

**Art. 64.** O controle externo será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

I - A apreciação das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretiva da Câmara Municipal;

II - O acompanhamento das aplicações financeiras e da execução orçamentária do Município.

**Art. 65.** O controle interno será exercido pelo Executivo para:

I - proporcionar ao controle externo condições indispensáveis para exames da execução orçamentária;

II - acompanhar o desenvolvimento das atividades programadas pela administração municipal.

*Parágrafo único.* O Poder Legislativo poderá ter controle interno próprio.

**Art. 66.** A prestação de contas de recursos recebidos do Governo Federal e do Governo Estadual será feita, respectivamente, ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Contas do Estado, ou a quem determinar os respectivos convênios, sem prejuízo da prestação de contas à Câmara Municipal.

**Art. 67.** O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais do Prefeito, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal.

**Art. 68.** A comissão permanente de fiscalização da Câmara Municipal, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

*Parágrafo único.* Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a comissão poderá solicitar ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de 30 (trinta) dias;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 69.** A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara será responsável pela organização e publicidade das audiências públicas de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **SEÇÃO XII DO SUBSÍDIO**

**Art. 70.** Os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores serão fixados, por Lei de iniciativa de Câmara Municipal, em uma legislatura para vigorar na subsequente, até 90 (noventa) dias antes das eleições municipais, observados os critérios e os limites previstos na Constituição Federal.

*Parágrafo único.* Os subsídios de que trata este artigo serão fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória, podendo o Presidente da Câmara ter subsídio diferenciado;

## **CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO SEÇÃO I DO PREFEITO MUNICIPAL**

**Art. 71.** A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente em até 90 (noventa) dias antes do término do mandato dos que devem sucedê-los, aplicadas as disposições da Constituição Federal adequadas à realidade do Município.

*Parágrafo único.* A posse do Prefeito e Vice-Prefeito dar-se-á no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

**Art. 72.** O Prefeito e Vice-Prefeito tomará posse e prestará compromisso em sessão especial de instalação da legislatura de que trata o artigo 22 desta Lei, ou se esta não estiver reunida, perante a Autoridade Judiciária competente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

*Parágrafo único.* Na Sessão Especial de Posse, perante a Câmara, o Prefeito e Vice-Prefeito devem prestar o seguinte compromisso:

**“PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO RICO E DESEMPENHAR COM LEALDADE E PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DO MEU CARGO”** em seguida, o Secretário designado para este fim fará a chamada nominal de para que cada um declare: **“ASSIM O PROMETO”**.

**Art. 73.** Em caso de licença ou impedimento, o Prefeito será substituído pelo Vice-Prefeito e, na falta deste, pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º. Ocorrendo a vacância, assumirá o cargo o Vice-Prefeito;

§ 2º. Na falta do Vice-Prefeito assumirá o cargo o Presidente da Câmara Municipal.

**Art. 74.** O Prefeito e o Vice-Prefeito, sem autorização legislativa, e sob pena de perda do cargo, não poderão se afastar:

I - do Município por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;

II - do País por qualquer prazo, ressalvadas viagens de duração não superior a 5 (cinco) dias para Países pertencentes ao MERCOSUL.

§ 1º. O Decreto Legislativo que negar o afastamento do Prefeito ou Vice-Prefeito deverá ser motivado;

§ 2º. O Prefeito regularmente licenciado terá o direito a perceber subsídios somente quando:

I - impossibilitado para o exercício de cargo por motivo de doença devidamente comprovada, em que nos primeiros 15 (quinze) dias, receberá dos cofres públicos a remuneração de seu cargo, devendo posteriormente ser indenizado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, na forma do Regime Geral da Previdência Social;

II - a serviço ou em missão de representação do Município.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## SEÇÃO II DAS CERTIDÕES E O DIREITO DE PETIÇÃO

**Art. 75.** A Prefeitura e a Câmara são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade de autoridade ou servidor que negar retardar a sua expedição.

§ 1º. No mesmo prazo do caput deste artigo, deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária;

§ 2º. As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou equivalente da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara;

§ 3º. É assegurado a todos o direito de petição aos Poderes Públicos Municipais para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, mediante solicitação por escrito e justificativa do pedido.

## SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

**Art. 76.** Ao Prefeito compete:

- I – Enviar à Câmara Municipal Projetos de Lei;
- II – vetar, no todo ou em parte, os Projetos de Lei aprovados pela Câmara Municipal;
- III – sancionar e promulgar Leis, determinando sua publicação no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
- IV – regulamentar Leis;
- V - prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas, pelo legislativo, podendo ocorrer prorrogação do prazo por período idêntico, desde que solicitado justificadamente;
- VI - comparecer à Câmara Municipal por sua própria iniciativa;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- VII - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, no recesso, para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente;
- VIII - estabelecer a estrutura da organização da administração municipal;
- IX - baixar atos administrativos;
- X - fazer publicar atos administrativos;
- XI - desapropriar bens imóveis na forma da lei;
- XII - instituir servidões administrativas;
- XIII - alienar bens públicos mediante prévia e expressa autorização legislativa da Câmara Municipal;
- XIV - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros para eventos excepcionais ou transitórios, de caráter esportivo, cultural ou social;
- XV - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
- XVI - dispor sobre a execução orçamentária;
- XVII - superintender a arrecadação de tributos e de preços dos serviços públicos;
- XVIII - aplicar multas previstas em leis e contratos;
- XIX - fixar os preços dos serviços públicos;
- XX - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante autorização da Câmara Municipal;
- XXI - repassar, obrigatoriamente até o dia vinte de cada mês, à Câmara Municipal os recursos orçamentários que devem ser despendidos de uma só vez, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade;
- XXII - celebrar convênios "*ad referendum*" da Câmara Municipal;
- XXIII - abrir créditos extraordinários nos casos de calamidade pública comunicando o fato à Câmara Municipal;
- XXIV - prover os cargos públicos mediante concurso público de provas, ou provas e títulos e verificação de aptidões;
- XXV - expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores;
- XXVI - determinar a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo;
- XXVII - aprovar projetos técnicos de edificação, de loteamento e de arruamento, conforme dispuser o plano diretor;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

XXVIII - denominar próprios os logradouros públicos, respeitada a competência comum da Câmara;

XXIX - oficializar e regularizar, obedecidas às normas urbanísticas e legislação em vigor, os logradouros públicos;

XXX - encaminhar ao Tribunal de Contas, a prestação de contas do Município relativa ao exercício anterior;

XXXI - remeter à Câmara Municipal, até o dia 15 (quinze) de abril de cada ano, relatório sobre a situação geral da administração municipal;

XXXII - solicitar o auxílio dos órgãos de segurança para o cumprimento de seus atos;

XXXIII - aplicar, mediante lei específica, aos proprietários de imóveis urbanos não edificadas, subutilizados ou não utilizados, obedecidas as normas urbanísticas, conforme Estatuto das Cidades, as penas sucessivas de:

a) parcelamento compulsório;

b) imposto progressivo no tempo;

c) desapropriação mediante pagamento com títulos da dívida pública, conforme estabelece a Constituição Federal;

XXXIV - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo municipal, na forma da Constituição Estadual;

XXXV – Encaminhar à Câmara Municipal, 48 (quarenta e oito) horas após o autógrafo, as Leis, Decretos e Portarias.

## **SEÇÃO IV**

### **DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO**

**Art. 77.** Os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, quer por infrações penais comuns ou crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º. A Câmara Municipal, ao tomar conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará comissão



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

especial para apurar os fatos que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão ser apreciados pelo plenário.

§ 2º. Se o plenário entender procedentes as acusações, determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral da Justiça para as providências, caso contrário, determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas as decisões.

§ 3º. Recebida a denúncia contra o Prefeito, pelo Tribunal de Justiça, a Câmara decidirá sobre a designação de Procurador para assistente de acusação.

§ 4º. O Prefeito ficará suspenso de suas funções a partir do recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça, que cessará se, até 180 (cento e oitenta) dias, não tiver sido concluído o julgamento.

## **SEÇÃO V DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

**Art. 78.** Os Secretários do Município serão escolhidos pelo Prefeito devendo estar no exercício dos seus direitos políticos.

*Parágrafo único.* Compete aos Secretários do Município, além de outras atribuições estabelecidas nesta lei:

I - na área de suas atribuições, exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal e referendar atos e decretos assinados pelo Prefeito Municipal;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - Apresentar ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal relatório quadrimestral quantificado e discriminado de sua gestão na secretaria;

IV - praticar atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito Municipal;

V - encaminhar à Câmara Municipal informações por escrito, quando solicitadas pela Mesa, podendo o Secretário ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa, ou não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como no fornecimento de informações falsas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## SEÇÃO VI DA SEGURANÇA PÚBLICA

**Art. 79.** O Município, juntamente com a União e o Estado, promoverá a garantia da segurança pública, buscando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

**Art. 80.** Para assegurar a sua competência comum de preservar a segurança, o município poderá constituir Guarda Municipal como força auxiliar, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

**Art. 81.** A lei complementar de criação da Guarda Municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho com base na hierarquia e na disciplina.

**Art. 82.** A Legislação Municipal estabelecerá critérios para celebração de convênios com a União, Estado e Conselho Comunitário de Segurança Municipal para consecução das atividades de segurança pública.

## SEÇÃO VII DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

**Art. 83.** São partes legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, em face da Constituição Estadual:

- I - O Prefeito e a Mesa da Câmara Municipal;
- II - Os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa Estadual ou na Câmara Municipal;
- III - As federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual;
- IV - O Deputado Estadual.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 84.** Declarada a inconstitucionalidade, a decisão será comunicada à Câmara que promoverá a suspensão da execução da lei ou ato impugnado.

## **CAPÍTULO III**

### **DA RESPONSABILIDADE FISCAL**

**Art. 85.** Os Poderes Legislativo e Executivo, abrangidas as administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, obedecerão as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, na forma da legislação federal pertinente.

**Art. 86.** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada, transparente e de equilíbrio das contas públicas.

§ 1º. O planejamento será estabelecido através das Leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais;

§ 2º. A transparência far-se-á através de ampla divulgação e disposição ao público das leis mencionadas no parágrafo anterior, bem como as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, os relatórios resumidos da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal e as versões simplificadas desses instrumentos;

§ 3º. Os Poderes, órgãos e entidades mencionadas no artigo anterior desta Lei estabelecerão mecanismos de incentivo a participação popular nas audiências públicas à serem realizadas para elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, e nas realizadas para demonstração e avaliação quadrimestral do cumprimento das metas fiscais;

§ 4º. O equilíbrio das contas públicas será mantido através de mecanismos de controle do cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrições em restos à pagar;

§ 5º. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão comunicar o Ministério Público local, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, as datas, horários e locais de realização das audiências e consultas públicas para elaboração do PPA - Plano Plurianual, da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA - Lei Orçamentária Anual.

**Art. 87.** A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

## TÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

#### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

**Art. 88.** A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º. Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura organizam-se e coordenam-se atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º. As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do município classificam-se em:

I – autarquias – serviço autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executarem atividades típicas da administração pública que requeiram para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - empresas públicas - Pessoa jurídica criada por lei, como instrumento de ação do Município, dotada de personalidade de Direito Privado, submetida a regras especiais decorrentes desta sua natureza auxiliar da atuação governamental, constituída sob a



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao Município de Porto Rico ou a entidade de sua Administração indireta;

III – fundações públicas - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ATOS MUNICIPAIS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA PUBLICIDADE E DOS ATOS MUNICIPAIS**

**Art. 89** A publicidade das leis e atos municipais far-se-á através do Diário Oficial do Município conforme o disposto na Lei Complementar Estadual nº 137/2011 e jornal de ampla circulação regional.

**Art. 90.** O Prefeito fará publicar:

I - relatório resumido da execução orçamentária, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre;

II - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos.

IV - anualmente, até 31 (trinta e um) de março pelo órgão encarregado da publicação oficial do município, as contas da administração, constituídas do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial, do Balanço Orçamentário e demonstrativo das variações patrimoniais, em forma sintética.

#### **SEÇÃO II**

#### **DOS LIVROS**



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 91.** O Município e a Câmara manterão os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas, ou outro sistema eletrônicos, convenientemente autenticados.

## **SEÇÃO III**

### **DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 92.** Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamento de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições constantes da lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso dos bens municipais;
- h) medidas executórias do plano diretor;
- i) norma de efeitos externo, não privativos da lei;
- j) fixação e alteração de preços.

II - portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeito individual;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos interno;

d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - contrato, nos seguintes casos:

a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário;

b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

## SEÇÃO IV

### DAS PROIBIÇÕES

**Art. 93.** É proibida a nomeação ou a designação para cargos ou empregos de direção, chefia e assessoramento, da administração direta e indireta do Município, de pessoa considerada inelegível, nos termos da Lei Complementar n.º64 de 18 de março de 1.990.

*Parágrafo único.* O servidor nomeado ou designado deverá apresentar, antes da posse, declaração de que não se encontra na situação de vedação de que trata este artigo.

**Art. 94.** Não poderá ser contratada para prestação de serviços em órgãos e entidades do Município pessoa física considerada inelegível, nos termos da Lei Complementar n.º64 de 18 de março de 1.990.

§ 1º A vedação contida neste artigo se estende à pessoa jurídica que possua em seus quadros sócio, diretor, administrados, gerente ou acionista em situação considerada inelegível;

§ 2º As pessoas a que se refere este artigo são obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que não incorrem nas proibições contidas neste dispositivo.

## SEÇÃO V

### DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

**Art. 95.** O Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 96.** Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Município exercerá, na forma da legislação federal e estadual, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

**Art. 97.** Lei Municipal definirá o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento municipal equilibrado, integrando-o ao planejamento estadual e nacional e a eles se incorporando e compatibilizando, visando:

I - ao desenvolvimento social e econômico;

II - ao desenvolvimento urbano e rural;

III - à ordenação do território;

IV - à articulação, integração e descentralização do governo Municipal e das respectivas entidades da administração indireta, distribuindo-se criteriosamente os recursos financeiros disponíveis;

V - a definição das prioridades municipais.

**Art. 98.** O Prefeito exercerá suas funções auxiliado por órgãos da administração direta e indireta.

§ 1º A administração direta será exercida pelas secretarias municipais, departamentos e outros órgãos públicos.

§ 2º A administração indireta será exercida pelas autarquias e outros entes criados mediante lei municipal específica.

**Art. 99.** O planejamento municipal será realizado por intermédio de um órgão municipal único, o qual sistematizará as informações básicas, coordenará os estudos e elaborará os planos e projetos relativos ao planejamento do desenvolvimento municipal e supervisionará a aplicação do Plano Diretor da Cidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## **SEÇÃO VI DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

**Art. 100.** As obras e serviços públicos serão executados em conformidade com o plano de desenvolvimento integrado do Município.

§ 1º As obras públicas municipais poderão ser executadas diretamente pela Prefeitura, por administração direta, por órgãos da administração indireta, ou, ainda, por terceiros, mediante licitação.

§ 2º As obras públicas realizadas no Município de Porto Rico seguirão, estritamente, o Plano Diretor da Cidade.

**Art. 101.** Incumbe ao poder público municipal, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo que tem caráter essencial.

**Art. 102.** A permissão de serviços públicos, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento dos interessados sendo a concessão feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º Os serviços, permitidos ou concedidos, ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos responsáveis por sua execução, permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem com aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos de informação do



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

estado, mediante edital, sem prejuízo da obrigatoriedade da publicação no Diário Oficial do Município.

**Art. 103.** O Município poderá realizar obras e serviços públicos de interesse comum, mediante convênio com a União, com o Estado, entidades particulares e através de consórcio com outros municípios.

**Art. 104.** A administração municipal, em conjunto com o Estado, dará atenção à conservação das estradas públicas do interior, proporcionando condições normais de uso e suficientes ao escoamento da produção agrícola durante todo o ano.

**Art. 105.** Cabe ao proprietário de imóvel rural ou urbano a obrigatoriedade de zelar pela limpeza e conservação das margens fronteiriças às vias públicas, através da realização constante de roçadas, carpidas e outros procedimentos de conservação.

*Parágrafo único.* Lei Municipal disporá sobre as normas de limpeza dos imóveis urbanos e rurais, edificados ou não, disciplinando sua forma de manutenção e a imputação de penalidades aos infratores.

**Art. 106.** Nenhum empreendimento de obras e serviços no Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

III - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo caso de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros mediante licitação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 107.** As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista o justo ressarcimento da despesa.

*Parágrafo único.* As tarifas de que trata este artigo serão fixadas após a aprovação do legislativo municipal de tabela programática para a realização dos serviços.

## **SEÇÃO VII**

### **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 108.** A administração pública municipal, direta ou indireta, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade de todos os atos e fatos administrativos.

**Art. 109.** Aplicam-se á administração pública do Município todos os preceitos, normas, direitos e garantias prescritos na Constituição Estadual e, principalmente:

I - os cargos, empregos e funções públicas, são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, respeitadas a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável, uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo previsto no edital de convocação, respeitado o disposto no item anterior, os aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados, com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança, as funções gratificadas, com definição de atribuições e responsabilidade, limitados e vinculados à estrutura organizacional de cada unidade administrativa na forma estabelecida em lei, serão exercidos:



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

a) preferencialmente, na estrutura superior e de assessoramento, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional;

b) obrigatoriamente, na estrutura inicial e intermediária, por servidores ocupantes de cargos de carreira;

VI - é garantido ao servidor civil municipal o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - os acréscimos pecuniários percebidos pelos servidores não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimo ulterior, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

X - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual permitirá somente as exigências de qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

XI - além dos requisitos mencionados no inciso anterior, o órgão licitante deverá, nos processos licitatórios, estabelecer preço máximo das obras, serviços, compras e alienações a serem contratados;

XII - as obras, serviços, compras e alienações contratados de forma parcelada, com fim de burlar a obrigatoriedade dos processos de licitação pública, serão considerados atos fraudulentos, passíveis de anulação e por eles responderão os autores, na forma da lei, civil, administrativa e criminalmente.

§ 1º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda de função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 2º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

podendo constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**Art. 110.** Os cargos públicos municipais serão criados por lei, que fixará as suas denominações, os padrões de vencimento, as condições de provimento, indicados os recursos pelos quais correrão as despesas.

## **SEÇÃO VIII**

### **DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

**Art. 111.** O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º Os planos de carreira do servidor público observarão os seguintes fundamentos:

- I - valorização e dignificação da função;
- II - profissionalização e aperfeiçoamento;
- III - sistema de méritos objetivamente apurados para o ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;
- IV - tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajustes ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento de carreiras.

§ 2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II – os requisitos para a investidura;
- III – as peculiaridades dos cargos.

§ 3º Os servidores da administração possuem isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 4º O detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

§ 5º A lei estabelecerá a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica

§ 6º A lei disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 7º Fica estabelecido o mês de janeiro como data base para o município proceder a concessão de reposição salarial dos servidores públicos municipais.

**Art. 112.** Aos servidores municipais são assegurados os seguintes direitos:

- I - vencimento ou provento não inferiores ao salário mínimo;
- II - irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- III - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IV - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- V - salário família para seus dependentes;
- VI - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, respeitado o interstício de onze horas entre jornadas;
- VII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- VIII - remuneração dos serviços extraordinários superior, no mínimo, em cinquenta por cento do normal;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

IX - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal, vedada a transformação do período de férias em tempo de serviço;

X - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e dos vencimentos e com a duração de 180 (cento e oitenta) dias;

XI - licença-paternidade, nos termos da lei;

XII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XIV - proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, religião, cor ou estado civil;

XV - adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer;

XVI - assistência e previdência social, extensivas aos dependentes, ao cônjuge, companheiro inclusive oriundo de relação homoafetiva;

XVII - creche para os filhos;

XVIII - promoção, observando-se rigorosamente os critérios de antigüidade e merecimento;

XIX – aposentadoria e Pensão através do Regime Próprio de Previdência Social, instituído por Lei, obedecido o disposto na Constituição Federal.

**Art. 113.** São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e o contraditório;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;

IV - nos casos previstos na Constituição Federal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

**Art. 114.** É vedada a interferência e intervenção do Poder Público Municipal na organização sindical.

§ 1º Ao servidor público eleito para cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, a partir do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, ainda que na condição de suplente, salvo se ocorrer exoneração nos termos da lei.

§ 2º São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos não eleitos.

§ 3º É facultado ao servidor público, eleito para a direção do sindicato de classe, o afastamento do seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a Lei estabelecer.

**Art. 115.** Nenhum servidor poderá ser diretor, ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público.

**Art. 116.** É assegurada a participação dos servidores públicos municipais, por eleição, paritária, nos colegiados da administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

**Art. 117.** Fica assegurado o direito de reunião em locais de trabalho aos servidores públicos e suas entidades, desde que não interfira no desenvolvimento funcional.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## TÍTULO IV DA TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS CAPÍTULO I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

**Art. 118.** São tributos municipais, sempre instituídos por Lei, os seguintes:

I - impostos;

II - taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultada à administração tributária, especialmente para viabilizar efetivamente esses objetivos, identificados, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter a mesma base de cálculo dos impostos.

**Art. 119.** Ao Município compete instituir imposto sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou a cessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - serviços de qualquer natureza, a serem definidos em lei complementar federal prevista no Art. 146, da Constituição Federal, exceto os de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 1º O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

§ 2º Em relação aos impostos previstos nos incisos III e IV, o Município observará as alíquotas máximas fixadas por Lei Complementar Federal.

§ 3º - O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

**Art. 120.** Lei municipal estabelecerá medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos municipais.

**Art. 121.** A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas, quando esta aumentar seu valor venal.

**Art. 122.** Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária do Município só poderá ser concedida através de lei municipal específica, observadas as regras estatuídas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## SEÇÃO II

### DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

**Art. 123.** É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, ou qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por ele exercida, independentemente a denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público municipal;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;

b) templo de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas funções, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

**Art. 124.** O imposto predial e territorial urbano pode ser progressivo no tempo, na forma da lei, para garantir o cumprimento da função social da propriedade, como dispõe a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades.

## **SEÇÃO III**

### **DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS REPARTIDAS**

**Art. 125.** Pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - o produto oriundo da compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo, ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais no território do Município (Royalties).

**Art. 126.** O Município receberá da União a parte que lhe couber do produto da arrecadação distribuída como dispõe a Constituição Federal.

**Art. 127.** O Município receberá do Estado a parte que lhe couber do imposto sobre produtos industrializados distribuído a este pela União, na forma da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS**

**Art. 128.** Leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

*Parágrafo único.* O Município seguirá, no que for compatível, a sistemática descrita pela Constituição Federal.

**Art. 129.** A receita orçamentária municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação nos tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes da utilização dos seus bens e pela prestação de serviço, e de recursos oriundos de



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

operações de empréstimos internos e externos, tomados nos limites estabelecidos nesta Lei Orgânica.

*Parágrafo único.* As propostas orçamentárias serão elaborados sobre a forma de programa, observadas as proposições do planejamento do desenvolvimento integrado do Município.

**Art. 130.** A despesa pública constituir-se-á de dotações destinadas aos órgãos da administração direta e indireta para atendimento das necessidades administrativas do Município.

**Art. 131.** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal.

§ 1º Caberá às comissões técnicas componentes da Câmara Municipal:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas previstos nesta Lei Orgânica, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º As Emendas ao projeto de lei orçamentária, serão apresentadas à comissão competente que, sobre elas, emitirá parecer, o qual será apreciado em plenário, na forma regimental.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara, para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não tiver sido iniciada a votação na comissão competente.

§ 6º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

### **Art. 132.** É vedado:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesa ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa aprovados pela Câmara Municipal;
- IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, salvo as previstas no plano plurianual, as operações de crédito aprovadas por lei municipal, e as vinculações previstas na Constituição Estadual, referentes à educação e à pesquisa;
- V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI - a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa;
- VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;
- IX - a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa;
- X - a subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 1º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes como às decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

§ 3º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão sob pena de crime de responsabilidade.

**Art. 133.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares especiais destinados à Câmara Municipal ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês em duodécimos corrigidos na mesma proporção do índice aplicado na correção da lei orçamentária anual.

**Art. 134.** A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

*Parágrafo único.* A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender à projeção de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 135.** A Câmara Municipal elaborará a proposta orçamentária do Poder Legislativo, cujo montante de recursos não poderá ser superior ao limite estabelecido na Constituição Federal, excluídas as operações de crédito e as receitas não tributárias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 136.** O Poder Executivo Municipal deverá enviar ao Poder Legislativo Municipal, Projetos de Lei que estabeleçam os processos de planejamento e orçamento, PPA, LDO e LOA, nos seguintes prazos:

I – o projeto de lei que trata do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente, será encaminhado até 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II – o projeto de lei que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até 15 de abril antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

III – o projeto de lei que trata da Lei Orçamentária Anual será encaminhado até 31 de agosto do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

**Art. 137.** O Município observará o que dispuser a legislação complementar federal sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna do Município;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas municipais;

IV - emissão ou resgate de títulos da dívida pública;

V - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades públicas do Município.

**Art. 138.** As disponibilidades de caixa do Município e dos órgãos ou entidades do poder público municipal serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

**Art. 139.** Os preços pela utilização de bens e pela prestação de serviços serão estabelecidos por decreto.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## TÍTULO V DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA

**Art. 140.** A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho humano, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

**Art. 141.** O Município, objetivando o desenvolvimento econômico, identificado com as exigências de um ordenamento social justo, incentivará essencialmente as seguintes metas:

- I - implantação de uma política de geração de empregos com expansão de mercado de trabalho;
- II - utilização da pesquisa e tecnologia como instrumento de aprimoramento da atividade econômica;
- III - reestruturação do parque industrial, com metas definidas em lei complementar;
- IV - apoio e estímulo ao associativismo, buscando fundamentalmente a defesa dos pequenos empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários;
- V - tratamento favorecido às empresas brasileiras de capital nacional, de pequeno porte, localizadas no Município;
- VI - defesa do meio-ambiente e dos recursos naturais;
- VII - defesa do consumidor;
- VIII - eliminação de entraves burocráticos que possam dificultar o exercício da atividade econômica;
- IX - expansão social do mercado consumidor;
- X - atuação conjunta com as instituições federais e estaduais, objetivando a implantação, na área do Município das seguintes políticas, voltadas ao estímulo dos setores produtivos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

- a) assistência técnica;
  - b) crédito;
  - c) estímulos fiscais;
- XI – redução das desigualdades sociais.

**Art. 142.** As micro-empresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei federal, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando o incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributária e creditícia por meio da lei.

**Art. 143.** O Município promoverá e incentivará o turismo, a agroindústria e o artesanato como fatores de desenvolvimento social e econômico.

**Art. 144.** O Município por lei e ação integrada com a União, com o Estado e com a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

**Art. 145.** A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

**Art. 146.** Fica assegurada a participação do cooperativismo, através dos seus representantes legais, nas comissões e colegiados de âmbito municipal, das quais a iniciativa privada faça parte e que tratem de assuntos relativos às atividades desenvolvidas pelas cooperativas para maior integração.

**Art. 147.** Lei Municipal instituirá o Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico, que será integrado por organismos, entidades e lideranças nas áreas comerciais e industriais para participar da coordenação da política de desenvolvimento econômico.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## **CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA**

**Art. 148.** Na execução da política urbana, de que trata a Constituição Federal, será aplicado o previsto no Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Municipal.

**Art. 149.** A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) proximidade de uso incompatível ou inconveniente;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII - adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI - recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

XIII - audiência do Poder Público Municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV - regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de normas de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação sócio-econômica da população e as normas ambientais;

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

XVI - isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

**Art. 150.** São Instrumentos da Política Urbana Municipal:

I - planejamento municipal, em especial:

- a) plano diretor;
- b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- c) zoneamento ambiental;
- d) plano plurianual;
- e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) gestão orçamentária participativa;
- g) planos, programas e projetos setoriais;
- h) planos de desenvolvimento econômico e social;

II - institutos tributários e financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

III - institutos jurídicos e políticos:

- a) desapropriação;
- b) servidão administrativa;
- c) limitações administrativas;
- d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
- e) instituição de unidades de conservação;
- f) instituição de zonas especiais de interesse social;
- g) concessão de direito real de uso;
- h) concessão de uso especial para fins de moradia;
- i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- j) usucapião especial de imóvel urbano;
- k) direito de superfície;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

- l) direito de perempção;
- m) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- n) transferência do direito de construir;
- o) operações urbanas consorciadas;
- p) regularização fundiária;
- q) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- r) referendo popular e plebiscito;

IV - estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

§ 1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto no Estatuto da Cidade.

§ 2º Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.

§ 3º Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público Municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

## **CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA**

**Art. 151.** A política agrícola será planejada e executada na forma da lei federal com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola, as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

**Art.152.** A política agropecuária e a de escoamento municipal serão planejadas e executadas com a participação efetiva dos profissionais das áreas, dos produtores e trabalhadores rurais através dos seus órgãos representativos objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, com racionalização de uso e preservação de recursos naturais e meio ambiente, cabendo ao Município:

- I - racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais do município.
- II - orientação, assistência técnica e extensão rural;
- III - incentivo a diversificação da atividade agropecuária, principalmente a produção de alimento básico ao consumo local;
- IV - treinamento e capacitação de mão-de-obra rural;
- V - implantação de agrovilas como forma de fixar o trabalhador rural no campo;
- VI - agro industrialização racionalizada;
- VII - promoção de feiras livres, de apoio ao pequeno agricultor e produtor, visando ainda a redução do custo dos alimentos básicos ao consumidor, através da comercialização direta;
- VIII - tratamento diferenciado e privilegiado aos micro e pequenos agricultores criando formas de apoio e incentivo às suas atividades;
- IX - complementação dos serviços voltados aos transportes, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas;
- X - controle racionalizado do uso de agrotóxicos;
- XI - conservação de solos e da rede viária municipal através de manejo integrado;
- XII - manutenção de controle estatístico de produção;
- XIII - ações de apoio e proteção ao trabalhador rural volante;
- XIV - dispor de vias e estradas públicas condizentes ao escoamento dos produtos agrícolas;
- XV - incentivar a agricultura familiar e a produção orgânica.

**Art. 153.** Fica vedada a concessão de benefícios fiscais ou incentivos municipais ao produtor rural que:

- I - não participar de programa de manejo integrado de solos e água;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

II - proceder o uso indiscriminado de agrotóxicos;

III - não atender as especificações legais de proteção ao meio ambiente.

**Art. 154.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

## **CAPÍTULO IV DA ORDEM SOCIAL SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 155.** O Município de Porto Rico, em ação integrada e conjunta com a União, com o Estado e com a sociedade, tem o dever de assegurar a todos os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacidade para o trabalho, à cultura, do cuidado e à proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio, bem como para a conservação do meio ambiente.

## **SEÇÃO II DA SAÚDE**

**Art. 156.** A saúde é direito de todos e dever do Município, assegurado mediante políticas econômicas e ambientais que visem a conservação e eliminação do risco de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, a sua promoção e recuperação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 157.** As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao Município dispor, através de lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, que se constituem em sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única, no Município;
- II - integração das ações e serviços de saúde adequados às diversas realidades epidemiológicas;
- III - universalização da assistência social, de igual qualidade, com instalação e acesso da população a todos os níveis dos serviços, na formulação, gestão e controle das políticas e ações de saúde em nível municipal;
- IV - participação direta do usuário a nível das unidades prestadoras de serviços de saúde, no controle das políticas e ações de saúde em nível municipal.

**Art. 158.** Ao sistema de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I - gestão, planejamento, controle e avaliação da política municipal de saúde;
- II - garantir aos usuários o acesso ao conjunto das informações referentes às atividades desenvolvidas pelo sistema, assim como sobre os agravos individuais e coletivos identificados;
- III - desenvolver política de recursos humanos, garantindo o direito a todos ao sistema de saúde;
- IV - estabelecer normas, fiscalizar e controlar edificações, instalações, estabelecimentos, atividades, procedimentos, produtos, substâncias e equipamentos que interfiram, individual e coletivamente, incluindo as referentes à saúde do trabalhador;
- V - propor atualizações periódicas ao código sanitário municipal;
- VI - desenvolver, formular e implantar medidas que atendam:
  - a) a saúde do trabalhador e seu ambiente de trabalho;
  - b) a saúde da mulher e suas prioridades;
  - c) a saúde das pessoas portadoras de deficiências;
  - d) coleta, transporte e destino do lixo residencial, industrial, comercial e hospitalar;
  - e) saúde dos idosos;
  - f) saúde dos pacientes com remédios controlados;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

g) transporte de pacientes.

## SEÇÃO III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 159.** O Município assegurará, no âmbito de sua competência, a proteção e assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como à educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.

**Art. 160.** As ações governamentais de assistência social serão descentralizadas e integradas, cabendo à União a coordenação e as normas gerais e ao Município a coordenação e a execução dos respectivos programas com participação das entidades beneficentes de assistência social, comunidades e associações.

**Art. 161.** Os recursos atribuídos ao Município na forma da Constituição Estadual serão aplicados em programas de assistência social.

*Parágrafo único.* Lei estabelecerá critérios de proporcionalidade para a distribuição dos recursos referidos neste artigo.

## SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO

**Art. 162.** A educação, enquanto direito de todos, é um dever do Estado, da sociedade e da família, devendo ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos visando constituir-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de repasse de conhecimentos.

§ 1º O município atuará prioritariamente na educação fundamental e na educação infantil.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

§ 2.º Lei Municipal poderá dispor sobre a adoção de regime de tempo integral a alunos de 1ª a 4ª série da rede pública municipal de ensino.

**Art. 163.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI – gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade;
- VII – garantia de padrão de qualidade, cabendo ao Município, suplementarmente, promover o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede de ensino.

**Art. 164.** Ao conselho Municipal de Educação, com estrutura e atribuições definidas em lei, é assegurada a participação na definição da política educacional do município.

**Art. 165.** O município aplicará anualmente na Educação no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de imposto, compreendida a proveniente de transferências.

§ 1º O Município de Porto Rico poderá implantar, através de Lei, a gratuidade do Transporte Escolar para educação fundamental e na educação infantil.

§ 2º Lei Municipal poderá dispor sobre a concessão de incentivos aos estudantes do ensino superior.

**Art. 166.** O sistema de ensino do Município compreenderá, obrigatoriamente:

- I - serviços de assistência educacional que assegurem condições de eficiência escolar aos alunos necessitados, compreendendo garantia de cumprimento da obrigatoriedade



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

escolar, material escolar, transporte, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas eficazes de assistência familiar;

II - entidades que congreguem professores e pais de alunos com o objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento de ensino.

**Art. 167.** Os planos e projetos necessários à obtenção de auxílio técnico e financeiro aos programas de educação do município serão elaborados pela administração do ensino fundamental, com assistência técnica, se solicitada, de órgãos competentes da administração pública e do Conselho Municipal de Educação.

**Art. 168.** A lei estabelecerá o plano plurianual de educação, em consonância com os planos Estadual e Nacional, visando o desenvolvimento do ensino municipal, em articulações com a União e o Estado do Paraná, que buscará promover em sua circunscrição territorial:

I - a erradicação do analfabetismo;

II - a universalização do ensino público fundamental, inclusive para jovens e adultos trabalhadores;

III - a melhoria da qualidade do ensino público municipal;

IV - a promoção humanística, científica, tecnológica e profissional de seus cidadãos;

V - a garantia da merenda escolar à todos os alunos do ensino fundamental e médio.

## **SEÇÃO V DA CULTURA**

**Art. 169.** O município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:

I – cooperação com a União e o Estado, na proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico;

II – oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

III – incentivo à promoção e divulgação da história dos valores humanos e das tradições locais;

IV – proteção e incentivo às manifestações da cultura popular local;

V – promoção de feiras de livros e artesanatos.

§ 1º É facultado ao município:

a) firmar convênios de intercâmbios e cooperação financeira com entidades públicas ou privadas, para a prestação de orientação técnica e assistência na criação e manutenção de bibliotecas;

b) promover, mediante incentivos especiais ou concessões de prêmios e bolsas de estudos, atividade e estudos de interesse local, de natureza científica ou sócio-econômico.

§ 2º O Município propiciará os mecanismos necessários para construção e instalação do Museu Municipal.

**Art. 170.** O acesso à consulta dos arquivos da documentação oficial do município é livre a todos.

## SEÇÃO VI

### DO DESPORTO, LAZER E TURISMO

**Art. 171.** O município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais.

**Art. 172.** O município proporcionará meios de recreação e lazer, sadios e construtivos à comunidade, como forma de promoção social, mediante:

I - reserva de espaços verdes e livres, em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados, como base física de recreação urbana;

II - construção de equipamentos e parques infantis, centros de juventude e centro de convivência comunal;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

III – aproveitamento e adaptação de rios, lagos, matas e outros recursos naturais como locais de passeio e diversão, observadas as normas de preservação ecológica.

**Art. 173.** Os serviços municipais de esporte e lazer articular-se-ão entre si ou com as atividades culturais do Município, visando ao desenvolvimento do turismo.

**Art. 174.** O Município de Porto Rico fomentará o turismo, assegurando também o seu implemento pela livre iniciativa.

## **SEÇÃO VII DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 175.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Município e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público municipal cumprir, e fazer cumprir, os preceitos e normas estabelecidas na Constituição Estadual.

§ 2º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas, que exerçam atividades poluidoras, serão responsabilizadas e as medidas, definidas em lei estadual, serão aplicadas em seu rigor, além de obrigá-las, sob pena de suspensão do licenciamento, a cumprir as diretrizes estabelecidas pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 4º Lei Municipal disporá sobre instituição de disciplina extra-curricular relacionada ao Meio Ambiente.

**Art. 176.** Incumbe ao Município zelar pela preservação e conservação ambiental, especialmente no que diz respeito às seguintes questões:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

I - zelar pela integridade do ar, do solo e das águas, legislando complementarmente para que estes elementos vitais sejam preservados em sua integridade;

II - firmar convênios com o Estado, União, setor público e privado, bem como entidades ambientalistas, para assegurar a preservação do meio ambiente;

III - fiscalizar, em todos os sentidos, o cumprimento da legislação em vigor;

IV - realizar tratamento ou destinar adequadamente o lixo urbano, hospitalar e industrial;

V - viabilizar, sob orientação técnica dos órgãos relacionados com o meio ambiente, a implantação de programas e disciplinas sobre o meio ambiente para serem divulgados em setores educacionais, conforme lei específica;

VI - exigir, na forma da lei, para a instalação de obra, atividades ou parcelamento do solo potencialmente causador de degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantidas audiências públicas.

§ 1º É vedada a concessão de recursos públicos ou incentivos fiscais às atividades que desrespeitem as normas e padrões de proteção ao meio-ambiente natural e de trabalho.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de barro cerâmico, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica apresentada e exigida pelo órgão competente.

§ 3º É obrigatória a recuperação da vegetação nativa nas áreas protegidas por lei, assim como a sua recuperação por parte do proprietário que não respeitar restrições ao desmatamento.

**Art. 177.** O Município adotará mecanismos legais para o incremento ao reflorestamento, proporcionalmente à extensão da área rural, criando incentivos municipais, bem como adotando essa medida nos casos de implantação de áreas verdes, arborização e plantio de árvores em terrenos urbanos.

**Art. 178.** Todos os vasilhames de agrotóxicos vendidos no Município por qualquer empresa deverão ser recolhidos pelas mesmas, conforme procedimento regulamentado em lei complementar.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## SEÇÃO VIII DO SANEAMENTO

**Art. 179.** O Município, juntamente com o Estado, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural com o objetivo de promover a defesa da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

**Art. 180.** O Município implantará, observada a competência comum do Estado o programa de saneamento referido no artigo anterior.

## SEÇÃO IX DA HABITAÇÃO

**Art. 181.** A política habitacional do Município, integrada à da União e do Estado, objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes princípios e critérios:

- I - oferta de lotes urbanizados;
- II - estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;
- III - atendimento prioritário à família carente;
- IV - formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e auto-construção;

**Art. 182.** As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e específicos à implantação de sua política.

## SEÇÃO X DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 183.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município, na forma das Constituições Federal e Estadual.

**Art. 184.** A família, a sociedade e o Município têm o dever de amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida digna.

**Art. 185.** O Município promoverá através do Conselho Municipal da Condição Feminina, a ser instituído por lei, a defesa dos direitos sociais da mulher.

§ 1º O Estado, o Município e a sociedade mediante conscientização no sentido de evitar qualquer forma de tratamento discriminatório, reconhecendo sua condição de mãe, educadora, co-participe na direção da família, cidadã e agente de transformações sociais, criará ações integradas, tendo como base os seguintes objetivos:

- I - assistência social integral à mulher;
- II - assistência pré-natal, pós-parto e educacional do filho;
- III - orientação para o planejamento familiar responsável;
- IV - atendimento e proteção na atividade profissional;
- V - orientação jurídica e psico-social nos conflitos familiares e sociais;
- VI - implantação de creches e assistência médica-odontológica no local do trabalho;
- VII - atendimentos em albergues e abrigos às vítimas de violência;
- VIII - assistência à presidiária e à egressa do sistema penal.

§ 2º O Município destinará, prioritariamente, recursos públicos à assistência materno-infantil e à defesa integral dos direitos da mulher.

**Art. 186.** O Município poderá incentivar, através de subvenções sociais, as entidades sem fins lucrativos, de cunho filantrópico reconhecido pelos órgãos competentes, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Art. 187.** O Município em atendimento a legislação estadual exigirá a construção dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fabricação de veículos de transporte coletivo e a instalação de sistemas de sonorização nos sinais luminosos de trânsito, que permitam o uso adequado por pessoas portadoras de deficiência.

**Art. 188.** É garantida a gratuidade nos transportes coletivos, no âmbito do Município, aos maiores de sessenta anos e às pessoas carentes portadoras de deficiência.

## TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 189.** O poder público municipal reconhecerá os conselhos comunitários legalmente constituídos, como representantes da sociedade civil, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos constitucionais referentes à educação, saúde, ação social e segurança, no âmbito municipal, na forma da lei.

**Art. 190.** O Município, objetivando integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse regional comum, poderá associar-se, mediante lei, aos demais municípios limítrofes e ao Estado para formar associação ou consórcios de interesse local e regional.

**Art. 191.** Esta Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Rico, Estado do Paraná, aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis (14/12/2016).

**Cleusa Ribeiro Tadim Bianco**  
Presidente



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO**

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º. 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

**Jonisberto Serrano**  
Vice-Presidente

**Benedito José Maria**  
1º Secretário

**Zilda Nunes Pereira**  
2ª Secretária

**Luiz Antonio Luizão**  
Vereador

**Andrey Barcelos Claudino**  
Vereador

**José Antonio Galho**  
Vereador

**José do Parto dos Santos**  
Vereador

**José Domingos Belentani**  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

## ÍNDICE

### TITULO I

#### Da Organização do Município

##### CAPITULO I

Da Organização Político Administrativa \_\_\_\_\_ Art. 1º a 6º

##### CAPITULO II

#### Das Competências do Município

##### SEÇÃO I

Da Competência Privativa \_\_\_\_\_ Art. 7º

##### SEÇÃO II

Da Competência Comum \_\_\_\_\_ Art. 8º

##### SEÇÃO III

Da Competência Suplementar \_\_\_\_\_ Art. 9º

##### CAPITULO III

Das Vedações \_\_\_\_\_ Art. 10

##### CAPITULO IV

Dos Bens do Município \_\_\_\_\_ Art. 11 a 19

### TITULO II

#### Do Governo Municipal

##### CAPITULO I

#### Do Poder Legislativo

##### SEÇÃO I

Da Câmara Municipal \_\_\_\_\_ Art. 20 e 21

##### SEÇÃO II

Da Instalação e Funcionamento da Câmara \_\_\_\_\_ Art. 22 a 24

##### SEÇÃO III

Das Sessões Legislativas \_\_\_\_\_ Art. 25 a 29

##### SEÇÃO IV



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

<b>Da Mesa</b>	<b>Art. 30 a 34</b>
SEÇÃO V	
<b>Da Competência da Câmara Municipal</b>	<b>Art. 35 e 36</b>
SEÇÃO VI	
<b>Dos Vereadores</b>	<b>Art. 37 a 44</b>
SEÇÃO VII	
<b>Das Comissões</b>	<b>Art. 45 a 48</b>
SEÇÃO VIII	
<b>Das Deliberações</b>	<b>Art. 49 e 50</b>
SEÇÃO IX	
<b>Do Processo Legislativo</b>	<b>Art. 51 a 60</b>
SEÇÃO X	
<b>Da Emenda a Lei Orgânica</b>	<b>Art. 61 e 62</b>
SEÇÃO XI	
<b>Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária</b>	<b>Art. 63 a 69</b>
SEÇÃO XII	
<b>Do Subsídio</b>	<b>Art. 70</b>
CAPITULO II	
<b>Do Poder Executivo</b>	
SEÇÃO I	
<b>Do Prefeito Municipal</b>	<b>Art. 71 a 74</b>
SEÇÃO II	
<b>Das Certidões e o Direito de Petição</b>	<b>Art. 75</b>
SEÇÃO III	
<b>Das Atribuições do Prefeito</b>	<b>Art. 76</b>
SEÇÃO IV	
<b>Da Responsabilidade do Prefeito</b>	<b>Art. 77</b>
SEÇÃO V	
<b>Dos Secretários Municipais</b>	<b>Art. 78</b>
SEÇÃO VI	



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

**Da Segurança Pública** \_\_\_\_\_ **Art. 79 a 82**

SEÇÃO VII

**Do Controle da Constitucionalidade** \_\_\_\_\_ **Art. 83 e 84**

CAPITULO III

**Da Responsabilidade Fiscal** \_\_\_\_\_ **Art. 85 a 87**

TITULO III

**Da Organização Administrativa Municipal**

CAPITULO I

**Da Estrutura Administrativa** \_\_\_\_\_ **Art. 88**

CAPITULO II

**Dos Atos Municipais**

SEÇÃO I

**Da Publicidade e Dos Atos Municipais** \_\_\_\_\_ **Art. 89 e 90**

SEÇÃO II

**Dos Livros** \_\_\_\_\_ **Art. 91**

SEÇÃO III

**Dos Atos Administrativos** \_\_\_\_\_ **Art. 92**

SEÇÃO IV

**Das Proibições** \_\_\_\_\_ **Art. 93 e 94**

SEÇÃO V

**Do Planejamento Municipal** \_\_\_\_\_ **Art. 95 a 99**

SEÇÃO VI

**Das Obras e Serviços Municipais** \_\_\_\_\_ **Art. 100 a 107**

SEÇÃO VII

**Da Administração Pública Municipal** \_\_\_\_\_ **Art. 108 a 110**

SEÇÃO VIII

**Dos Servidores Públicos Municipais** \_\_\_\_\_ **Art. 111 a 117**



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

---

## TITULO IV

### Da Tributação, Orçamento e Finanças

#### CAPITULO I

#### Dos Tributos Municipais

##### SEÇÃO I

Dos Princípios Gerais \_\_\_\_\_ Art. 118 a 122

##### SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar \_\_\_\_\_ Art. 123 e 124

##### SEÇÃO III

Das Receitas Tributarias Repartidas \_\_\_\_\_ Art. 125 a 127

#### CAPITULO II

Dos Orçamentos Municipais \_\_\_\_\_ Art. 128 a 136

#### CAPITULO III

Das Finanças Públicas Municipais \_\_\_\_\_ Art. 137 a 139

## TITULO V

### Da Ordem Econômica e Social

#### CAPITULO I

Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica \_\_\_\_\_ Art. 140 a 147

#### CAPITULO II

Da Política Urbana \_\_\_\_\_ Art. 148 a 150

#### CAPITULO III

Da Política Agrícola \_\_\_\_\_ Art. 151 a 154

#### CAPITULO IV

### Da Ordem Social

##### SEÇÃO I

Das Disposições Gerais \_\_\_\_\_ Art. 155

##### SEÇÃO II

Da Saúde \_\_\_\_\_ Art. 156 a 158

##### SEÇÃO III



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro n.º 557 – CEP: 87.950.000 – CNPJ n.º 73.242.703/0001-08  
Fone: (044) 3427-1262

**Da Assistência Social** \_\_\_\_\_ **Art. 159 a 161**

SEÇÃO IV

**Da Educação** \_\_\_\_\_ **Art. 162 a 168**

SEÇÃO V

**Da Cultura** \_\_\_\_\_ **Art. 169 e 170**

SEÇÃO VI

**Do Desporto, Lazer e Turismo** \_\_\_\_\_ **Art. 171 a 174**

SEÇÃO VII

**Do Meio Ambiente** \_\_\_\_\_ **Art. 175 a 178**

SEÇÃO VIII

**Do Saneamento** \_\_\_\_\_ **Art. 179 e 180**

SEÇÃO IX

**Da Habitação** \_\_\_\_\_ **Art. 181 e 182**

SEÇÃO X

**Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso** \_\_\_\_\_ **Art. 183 a 188**

TITULO VI

**Das Disposições Gerais e Transitórias** \_\_\_\_\_ **Art. 189 a 191**